



FOTO JM

FUTURO

Estudo: Zona Franca continua ou há apoios diretos

A Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra elaborou um estudo cuja conclusão sugere a manutenção do atual regime ou a criação de um regime de apoios diretos.

Por **Alberto Pita**
albertopita@jm-madeira.pt

Um estudo de custo-benefício do impacto de alterações no regime fiscal da Zona Franca da Madeira (ZFM), conduzido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, concluiu pela manutenção do atual regime fiscal ou a sua substituição por um regime de apoios diretos.

“É de equacionar a manutenção do regime fiscal associado à ZFM ou a sua substituição por um regime de apoios diretos, a negociar para as regiões ultraperiféricas junto da União Europeia e que

privilegiem, na linha dos requisitos para os benefícios atribuídos a empresas da ZFM, a criação de emprego qualificado, a reconfiguração setorial e a melhor inserção da RAM nas cadeias de valor globais. Preconiza-se o apoio a atividades com um grau assinalável de efeitos positivos externos e intertemporais eventualmente ligados ao tecido empresarial local mais dinâmico e inovador e às valências da Universidade da Madeira”, pode ler-se nas conclusões deste estudo encomendado pela Autoridade Tributária à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O estudo, a que o JM teve acesso, é o referido pelo secretário de

Estado dos Assuntos Fiscais na passada terça-feira, na Comissão do Orçamento e Finanças no âmbito da apreciação na generalidade do Orçamento do Estado para 2022 (OE2022). Recorde-se que António Mendonça Mendes anunciou nessa data que iria enviar ao parlamento nacional o estudo de avaliação do custo-benefício da Zona Franca da Madeira, com o qual poderá ser decidida a prorrogação da emissão de novas licenças.

Alta dependência do turismo

Na consulta ao documento composto por 99 páginas, os especialistas da Faculdade de Economia caracterizam o regime fiscal em

vigor e a sua evolução passada e fazem revistas às principais características macroeconómicas da Madeira, uma “região ultraperiférica com menos de 80% do PIB per capita da União Europeia e altamente dependente do setor do turismo”.

O estudo analisou dados contabilísticos de 1.432 empresas sediadas na ZFM traçando cenários de saída. “Estes cenários preveem uma saída de empresas em contexto de fim da ZFM muito inferior ao que tem sido sugerido por estudos anteriores”, observam os especialistas. Ainda assim, nos diversos cenários prováveis de saída que são quantificados, ainda que

considerando um subgrupo por vezes pequeno de empresas, “os impactos no VAB (Valor Acrescentado Bruto) e no emprego são muito significativos, apontando-se para perdas de VAB sempre superiores a 200 milhões de euros (com um valor mais provável de 400 milhões) e de mais de 1.250 postos de trabalho”.

De acordo com o estudo, estes cenários mostraram um grau de consistência elevado, sugerindo que é sempre a mesma tipologia de empresas que sai em consequência do eventual fim da ZFM (em alguns casos um grande número de empresas coincide sair em diversos cenários).

Efeito sobre as contas públicas

Além do efeito no VAB e no emprego, foram analisadas outras possíveis implicações do eventual fim da ZFM. “Uma está relacionada com a eventual perda de efeitos externos das empresas da ZFM sobre a economia da RAM. A este respeito, a nossa análise indica que as empresas da ZFM não evidenciam fortes efeitos de ‘spillover’, pelo que essa perda não deverá ser extremamente relevante”.

Outra dimensão do eventual fim da ZFM é o seu efeito sobre as contas públicas. “Os nossos cálculos sugerem que o efeito imediato nas contas públicas (da Região Autónoma da Madeira) por via da retirada dos benefícios fiscais pode ser positivo, situando-se entre cerca de -9.6 milhões de euro e +18.7 milhões de euro”, pode ler-se no documento.

No entanto, mesmo que positivo, “este efeito será facilmente ultrapassado por custos económicos derivados do aumento das prestações sociais e receita fiscal associada a uma eventual diminuição do consumo ao longo dos primeiros anos após o eventual fim dos benefícios fiscais associados à ZFM”, advertem os especialistas.

Assim, tendo em conta os resultados obtidos, é parecer dos autores que é de equacionar a manutenção, no horizonte temporal possível, do regime fiscal associado à ZFM ou a sua substituição por um regime de apoios diretos.

“Estas soluções, a negociar para as regiões ultraperiféricas junto da UE, devem privilegiar a criação de emprego qualificado, a reconfiguração setorial, as atividades de I&D e a melhor inserção da RAM nas cadeias de valor globais”, observam.

jm-madeira.pt

JM

Conforama

Onde todos encontram a sua casa.

Até 4 DE MAIO

SUPER DESCONTOS DIRETOS

DESCONTAMOS

500€

EM COMPRAS SUPERIORES A 2500€

-100€

COMPRAS SUPERIORES A 500€

-200€

COMPRAS SUPERIORES A 1000€

-300€

COMPRAS SUPERIORES A 1500€

-400€

COMPRAS SUPERIORES A 2000€

Estudo recomenda manter Zona Franca ou criar novo regime

O estudo da Universidade de Coimbra ao custo-benefício da Zona Franca da Madeira conclui pela necessidade de manter um quadro alargado de apoios. O documento, a que o JM teve acesso, recomenda um de dois caminhos: ou manter o atual quadro fiscal, ou a União Europeia criar outro regime de apoios diretos para as regiões ultraperiféricas. Pág. 18

SANTANA

Dinarte acusa Governo de esconder Teófilo

Embora natural do concelho, o ex-presidente "nunca veio a Santana representar o Governo", diz Dinarte Fernandes ao JM. Pág. 7

LISBOA

Carlos Pereira reúne com cinco ministros

Deputado socialista madeirense já esteve com Duarte Cordeiro, do Ambiente, e tem mais reuniões agendadas. Pág. 9

CARACAS

Estatutos 'barram' estrangeiros no Centro Português

Recentemente, sefarditas em Portugal tentaram comprar ações, o que foi recusado. Pág. 15

ECONOMIA

Desemprego recua para níveis de 2020

Pág. 21

JUVENTUDE

Associativismo reúne 14 mil

Mais de 70 instituições envolvem 600 jovens dirigentes. Págs. 4 e 5

A Madeira Improvável

5.ª edição da revista com a marca JM foi ontem apresentada no Funchal. Pág. 32



FOTO JOANA SOUSA